

alicerce

da juventude socialista



Nº 28

De 14/10/83 a 21/10/83

Cr\$ 150,00

**Recado sobre o 2.045 ao
PMDB, PDT e PTB**

Acordo é traição!

**3 Congressos,
3 vitórias
que preparam a...**

**Greve
Geral!**

2045, 8020, 12012, ou qualquer outro decreto tem que ser derrubado pela luta!

Acordo é traição!

Na semana passada toda a imprensa deu grande destaque à proposta de Figueiredo, divulgada em discurso na televisão, de abrir o "diálogo" sobre o decreto-lei 2.045. A proposta em si não traz nenhum benefício aos trabalhadores, ao contrário, trata-se de uma manobra para poder passar de forma disfarçada outros ataques à classe. No entanto, o fato ganhou peso porque a "oposição" burguesa (PMDB, PDT e PTB) se apressou em elogiar os acenos do governo e se dispôs a negociar. Esta negociação tem algum sentido para os trabalhadores? Nós pensamos que não e, mais do que isto, que chegar a qualquer acordo com o governo em torno de outro decreto que igualmente arroche os trabalhadores, atacando ainda mais o seu nível de vida, será *traição descarada* dos partidos que se dizem de oposição e que foram eleitos enquanto tal pelo povo em novembro de 82.

É preciso mudar para que tudo continue igual

A iniciativa da ditadura de propor um "diálogo" é uma manobra para preservar a essência do 2.045. Isto fica claro quando o governo afirma que os aumentos salariais terão de permanecer no limite de 80% do INPC (igual ao 2.045) mesmo que as empresas deem 100% aos trabalhadores de salário mais baixo. Ou seja, terão que compensá-lo diminuindo o salário dos que ganham um pouco mais. O que o governo pretende é publicar outro decreto com pequenas modificações para manter a política de arrocho salarial caso o 2.045 seja aprovado. Figueiredo afirmou isto no seu próprio discurso na televisão quando disse que a negociação se faria "dentro dos objetivos da política adotada" até aqui.

Na verdade o governo só propôs o diálogo porque está enfraquecido depois da derrota do decreto-lei 2.024 no Congresso. Ele sabe que também não conseguirá passar o 2.045 com sua cara atual. Por outro lado, o governo está em um beco sem saída porque o FMI exige uma política salarial de arrocho para liberar novos empréstimos para a dívida. Evidentemente a ditadura está a favor de aceitar toda chantagem imperialista.

Grupo dos 11:
uma verdadeira quadrilha.

O PDS formou um grupo de 11 dirigentes do partido para estudar e fazer propostas alternativas ao 2.045, pretensamente para fazer mudanças de fundo no decreto. O Grupo dos 11 cumpriu a sua tarefa e, por incrível que

pareça, conseguiu mudar o 2.045 para pior.

O documento desta verdadeira quadrilha que planeja assaltar o povo trabalhador, propõe em primeiro lugar que a administração pública não possa dar mais de 80% do INPC de aumento salarial em 1984, exatamente como o 2.045. Mas além disto propõe que os salários dos empregados de empresas estatais fiquem congelados no índice que representavam no cálculo do custo destas empresas em 30 de setembro deste ano. Isto quer dizer que para manter os gastos com salários no nível de 30 de setembro de 1983, as empresas estatais ou terão que demitir boa parte dos seus funcionários ou diminuir o salário dos trabalhadores no caso da empresa cortar despesas, o que é mais provável.

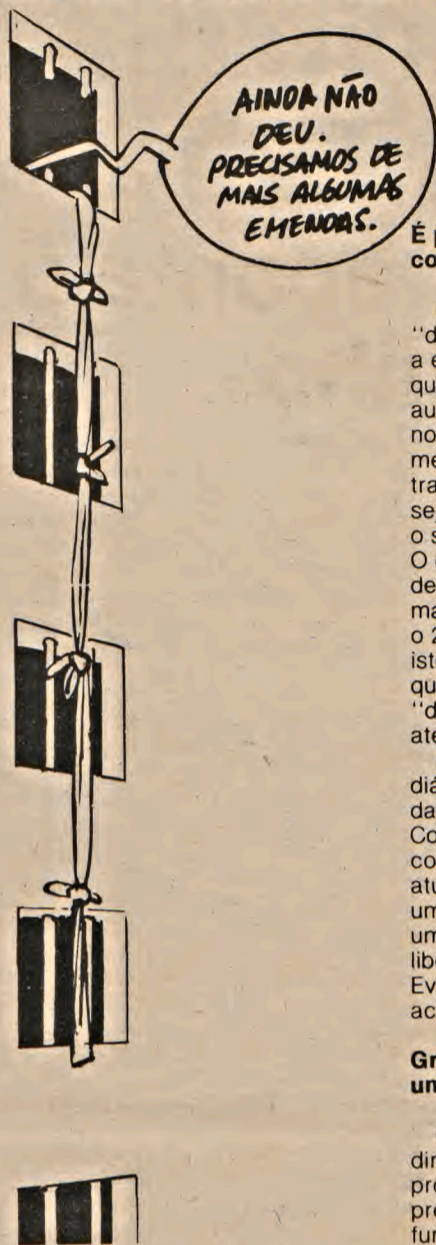
Outra medida proposta pelo Grupo é a que fixa o aumento para as empresas particulares em uma parte fixa entre 60% e 70% do INPC e uma parte variável, que seria decidida em "livre" negociação. Esta é a farsa mais descarada. Como se pode falar de "livre" negociação quando a ditadura intervém nos sindicatos (como os de São Bernardo, dos bancários de São Paulo, etc), quando a lei de Greve é totalmente repressiva, quando as comissões de fábrica não podem existir em quase todas as empresas, etc.?

Nestas condições a negociação não seria nunca livre e sim uma forma de condenar o trabalhador a viver com 60% do INPC. Nossa conclusão é simples: o 2.045 pode até ser retirado de cena ou ser barrado no Congresso, mas, se depender do governo, o arrocho continua. Continua porque o FMI exige o pagamento da dívida

externa e para isto é preciso massacrar os trabalhadores retirando-nos até a última moeda. A ditadura de Figueiredo está disposta a entregar o país e matar de fome todo o povo trabalhador para cumprir seus acordos com o imperialismo.

Podemos vencer o arrocho. Mas para isto é preciso lutar. E para lutar é preciso identificar os inimigos e desmascará-los. E aqui entra o papel traidor das "oposições" (PMDB, PDT e PTB). Estes partidos se dispõem a negociar para sustentar o governo federal, para conseguir um "consenso" entre os patrões que impeça uma revolta popular, que impeça a greve geral do dia 25. Ao invés de desmascarar a farsa das propostas do governo, se esforçam para encontrar um acordo com Figueiredo. Confundem os trabalhadores que ainda confiam neles sobre o caráter do inimigo que eles enfrentam. E tentam obter a boa vontade do regime militar encobrindo suas falcatruas como, por exemplo, desistindo de convocar o filho de Figueiredo, Paulo Renato, para depor na Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga denúncias de corrupção na Capemi.

Não se pode negociar os objetivos da luta senão para trai-la. Sabemos que o 2.045 pode cair, mas será substituído por outro(s) decreto(s) que tentará manter o arrocho. **Fazer qualquer acordo que implique em um só sacrifício para a classe é uma traição aos votos que a "oposição" recebeu e como tal deve ser denunciada pelo PT e pela CUT que neste terreno tem obrigação de representar os interesses dos trabalhadores na luta contra a política econômica do governo.**



RJ

O navio de Figueiredo começa a fazer água.

Tormenta nos quartéis!

Um general, Leo Etchegoyen, preso durante 6 dias em Porto Alegre, outro, Adyr Fiúza de Castro, também detido por 48 horas. Por outro lado, outro general da reserva, Antônio Carlos de Andrada Serpa, publicou um manifesto à Nação, que denuncia o modelo econômico falido e defende o afastamento das FFAA do poder e eleições diretas para presidente.

Afinal, o que está acontecendo nas Forças Armadas? O sustentáculo desta ditadura durante 19 anos começou a se dividir. Por isto, surge mais claro para o povo trabalhador a perspectiva do fim deste longo período de opressão e miséria. A origem dos diversos choques com generais de reserva são bastante diferentes mas tem um ponto em comum: a crise que começa a se desenvolver no interior das Forças Armadas. O choque que levou à prisão do general Etchegoyen começou quando ele foi convocado para depor na CPI que investiga a dívida externa, sobre o caso do Relatório Saraiva que incrimina o ministro Delfim Neto por corrupção. O general Newton Cruz, ex-chefe da agência central do SNI e atual comandante do Comando Militar do Planalto, em uma reunião com 200 oficiais subordinados, chamou os oficiais que compareciam a esta CPI de "frustrados", "maus-caracteres" e "incompetentes". O filho do general Etchegoyen, presente à reunião, protestou e foi preso por oito dias, pena depois aumentada por mais quinze dias. Etchegoyen considerou o acontecimento "uma provocação deliberada que teve por objetivo me atingir", e por ter declarado isto em entrevista à revista Veja, foi preso também. Motivo semelhante gerou a prisão do general Fiúza de Castro. Ele confirmou à imprensa a existência do Relatório Saraiva e foi punido com dois dias de prisão.

A reação de solidariedade à Etchegoyen mostra que existe um mal-estar e divisões entre os próprios generais. Etchegoyen e Fiúza de Castro são conhecidos como generais de "linha dura", isto é, de ultra-direita, ligados aos órgãos de repressão e que tomaram parte ativa na mais dura repressão dos anos Médici. Tanto Etchegoyen quanto Fiúza foram dos organizadores do CIE



(Centro de Informações do Exército), sendo que Fiúza foi também comandante da Polícia do Exército, aonde desapareceram tantos presos políticos durante o governo Médici e Geisel. São portanto dos piores cúmplices da ditadura. Por que são presos?

Aparentemente estes choques se devem às denúncias sobre o Relatório Saraiva, um ataque a Delfim Neto que estes setores das Forças Armadas incentivam (por exemplo, o ex-ministro do Exército Silvio Frota já anunciou que irá depor na CPI se for convocado). Este relatório foi escrito pelo coronel Saraiva na década de 70, denunciando que Delfim havia recebido **11 milhões de dólares de comissão** pelo empréstimo obtido junto à França para a construção da hidrelétrica de Água Vermelha. O governo, na tentativa de impedir que o Relatório venha à público, pune os generais que dão declarações públicas confirmando o Relatório e através do Ministro do Exército, Válder Pires, negou-se a entregar o relatório à CPI.

Entre dois fogos

A crise econômica que colocou por terra o "milagre" brasileiro e acabou com o ufanismo do regime militar é um dos principais fatores que começam a atingir as Forças Armadas. Já não existe acordo sobre a forma de se relacionar com o imperialismo, por exemplo, em relação à dívida externa. Um general como Antônio Carlos de Andrada Serpa propõe, por exemplo, a moratória unilateral enquanto a equipe do SNI defende integralmente a política do imperialismo.

Mas o elemento que cada vez tem mais peso para determinar este começo de crise nos quartéis é o aparecimento com toda a força do movimento dos trabalhadores principalmente a partir da greve geral do dia 21 e da fundação da CUT. A crise militar é inversamente proporcional ao fortalecimento das organizações e da revolta do povo trabalhador. Os próprios militares já se dividem sobre a melhor solução para conter o movimento de massas. No choque entre estas divergências uma coisa fica cada vez mais clara para os trabalhadores: depois de 19 anos começou o processo de derrocada da ditadura.



Procura-se uma favela
para morar.

Até quando?



No Brasil existem 18 milhões de domicílios urbanos próprios e alugados. Destes, 11 milhões são casas próprias. Se levarmos em consideração os dados do IBGE de que 70% da população brasileira vive nas cidades e que cada domicílio abriga em média 4 pessoas, veremos que 47 milhões de pessoas moram em casas alugadas ou em favelas.

O que observamos hoje é um contínuo êxodo, principalmente das famílias de operários de suas pequenas casas de tijolos para os barracos das favelas na periferia. Este fenômeno se traduz nas constantes invasões dos terrenos baldios da periferia, que são usados pelos donos para especulação imobiliária, para a construção de barracos e assim iniciar uma nova favela, pois as atuais estão superlotadas.

O principal responsável por esse problema é o BNH, órgão criado pelos golpistas de 64. O BNH teria como função social financiar aos trabalhadores a compra de sua casa. Os recursos para isso seriam tirados dos depósitos do FGTS e das cadernetas de poupança. Isto, teoricamente permitiria que o novo proprietário pudesse pagar em muitos anos o financiamento com baixas prestações. Mas a realidade é totalmente diferente. O aprofundamento da crise econômica desmontou a base econômica do BNH. Neste ano, até junho, os saques do FGTS foram maiores que os depósitos, pois o desemprego obrigou milhares de desempregados a retirarem esses depósitos. O mesmo vinha acontecendo com as cadernetas de poupança, onde os saques eram maiores que os depósitos. Mas isso é uma parte da verdade. O BNH acima de tudo é um banco e como tal cobra juros e correção monetária sobre os seus empréstimos. O resultado foi o exorbitante aumento de 128% na prestação da casa própria, produto não só na dificuldade de captar dinheiro como da contínua alta dos juros bancários.

O BNH, desde a sua fundação há 19 anos, jamais conseguiu implantar uma verdadeira política para a construção e financiamento de casa própria ao trabalhador. Sua política sempre beneficiou a classe média, principalmente na época do milagre. Em 1975 apenas 3% do orçamento do BNH eram destinados para moradias populares. Na realidade as verbas do BNH sempre se destinaram a cobrir os déficits de pagamentos do governo, quer dizer, como o governo destina todo o dinheiro para pagamento da dívida externa, em última instância o dinheiro do BNH serviu para pagá-la.

Nós, socialistas, entendemos que ter uma casa para morar é um direito do trabalhador. Da mesma forma que é um direito ter acesso à educação, saúde, transporte etc... Assim propomos que não se pague a dívida externa criada pelos generais. Que sejam expropriados, sem indenização, terrenos baldios nos centros urbanos que são utilizados para especulação imobiliária e neles sejam construídas casas populares. Que as atuais favelas sejam beneficiadas com água, esgoto, luz, pavimentação sem cobrar um só centavo aos seus moradores. Que estes obtenham materiais de construção subsidiados pelo governo e que paguem quando puderem. Que sejam suspensos todos os processos de despejo e arquivadas as cobranças e execução de hipotecas. Que os atuais mutuários do BNH paguem as suas prestações na base dos 20% do salário que recebem. Que seja criado um plano nacional de habitação sob o controle da CUT, dos sindicatos, das comissões de favelados, desempregados e dos inquilinos com o financiamento do Estado. **Este dinheiro será proveniente do não pagamento da dívida externa, da redução dos gastos com o aparato militar e de um fundo nacional para a habitação feito com os lucros dos patrões. Só estas medidas de emergência poderão iniciar a solução deste problema.**

Nenh

No dia 25,

ABC O CECLAT aponta o caminho

Grandes responsabilidades e uma sombra preocupação estavam colocadas para os 147 delegados (120 de base) presentes ao CECLAT do ABC, realizado nos dias 8 e 9 em Santo André. Esse foi o primeiro CECLAT a ocorrer após o histórico CONCLAT que fundou a CUT. E realizou-se a 16 dias da Greve Geral. Por isso, as tarefas reservadas ao CECLAT do ABC eram decisivas. Caberia a ele definir a preparação efetiva da Greve Geral, levando-a a todas as categorias e bairros operários e populares da região, e organizar a primeira CUT regional do país. Isso no coração da vanguarda dos trabalhadores brasileiros. A preocupação correu por conta dos reflexos da pretensa abertura de negociações, por parte da ditadura, acerca do decreto 2.045, que levou alguns companheiros da Pró CUT regional a condicionar, nas reuniões preparatórias ao CECLAT, a realização da Greve Geral de 25/10 à retirada ou não desse decreto. Na reunião prévia dos delegados de São Bernardo, por exemplo, Vicentinho, da diretoria cassada dos metalúrgicos, defendeu claramente essa posição.

De fato, para os quatro grupos de delegados que se reuniram ao início do Congresso para discutir a preparação da Greve Geral, essa proposta foi levantada, ao lado de outras duas, uma em defesa da Greve contra o conjunto da política econômica do governo e outra, apresentada por uma diminuta delegação dos divisionistas do jornal *Tribuna da Luta Operária*, que defendia a não realização da Greve (e a não fundação da CUT/ABC) até a "reunificação" do movimento sindical. Essa última proposta mereceu o repúdio do conjunto dos delegados e mostrou, sem disfarces, o caráter traidor da política dos "tribuneiros" que, dizendo-se pela unidade, de fato reforçam os pelegos que articulam o CONCLAT divisionista da Praia Grande, golpeando a CUT e sabotando a Greve Geral.

Em relação às duas outras propostas, a expressão mais clara da vontade dos delegados revelou-se na decisão de preparar a Greve Geral contra a política econômica do governo, com base nas reivindicações aprovadas no CONCLAT, não a restringindo à retirada do 2.045 única e tão somente. Ficou claro que a política de arrocho do governo irá continuar sob a forma de novos decretos ou outros ataques se o 2.045 for retirado. Por isto os grupos coesionaram o CECLAT por uma greve contra a política econômica do governo. Na plenária ninguém apresentou outra proposta.

A plenária para a discussão da Greve Geral foi aberta pelo coordenador geral da CUT,

Jair Meneghelli, que afirmou o caráter de engodo que cerca as falsas negociações da ditadura, que só fazem apresentar substitutivos ao 2.045 que, na verdade, pioram ainda mais a situação dos trabalhadores (ver matéria na página 3). Se bem que não o dissesse com todas as letras, a intervenção de Meneghelli foi entendida pelos delegados como reafirmação da Greve com ou sem o 2.045. Esse era o clima do CECLAT. Por isso, todos os pedidos de destaques feitos a partir da leitura dos relatórios dos grupos se colocaram na linha da reafirmação do caráter da Greve e do reforço do calendário de sua preparação na região. Por exemplo, o companheiro Nelson Rodrigues, professor de São Bernardo, apresentou destaque reafirmando a Greve contra política econômica do governo e pelo conjunto das reivindicações aprovadas no CONCLAT. A aprovação foi unânime. E os companheiros Oscar Itiro, delegado de base dos metalúrgicos de Santo André e Romildo Fernandes, delegado de base dos professores, apresentaram, por sua vez destaques precisando o calendário de preparação da Greve. A aprovação desse ponto também se deu por unanimidade (ver calendário no box abaixo). Entretanto, essas resoluções que significam uma vitória tinham que se expressar na organização geral dos trabalhadores da região. Essa organização tem um nome: CUT regional. A sua fundação, na plenária final do CECLAT, teve aprovação unânime, tendo claro que não estamos considerando os quatro vergonhosos votos contrários dos "tribuneiros". Para expressar a maior abrangência possível à CUT regional, elegeu-se uma direção de 34 membros, 17 efetivos e 17 suplentes, um conselho fiscal de mais 5 membros efetivos e cinco suplentes e também a plenária regional, a partir da indicação de 20% das delegações presentes ao Congresso, por categoria, com a função de encaminhar o plano de lutas aprovado.

Por fim, com a eleição da executiva da CUT regional, consumou-se a maior conquista organizativa dos trabalhadores do ABC após a fundação da CUT.

No encerramento do Congresso, o presidente regional da CUT, Vicentinho, de São Bernardo, afirmou que "a solução dos problemas dos trabalhadores não está no Congresso, mas nas mãos dos próprios trabalhadores". Nós também entendemos assim e o CECLAT também entendeu assim. Por isso, a tarefa central, daqui até o dia 25 é nos prepararmos para parar o Brasil, sem nos iludirmos com as articulações que correm pelo Congresso dos patrões.

O calendário da Greve no ABC

Até 15/10, convocação pela CUT/ABC de todas as entidades e movimentos populares que aderirem à Greve Geral, a nível do ABC.

Até 22/10, realização de Assembléias de categorias, de bairros e municípios para a eleição dos comandos respectivos.

No dia 23/10, reunião com todos os comandos da região, sob a direção da CUT/ABC.

No dia 25/10, deflagração da Greve Geral com a realização de Atos públicos nas cidades.

Que os comandos se sediem em locais públicos. A CUT/ABC deverá entrar em contato com as autoridades para conseguir estes locais e facilidades de rápida comunicação durante a Greve.

Que se imprima o máximo possível de boletins da CUT convocando a Greve.

Que os piquetes sejam descentralizados, por bairros.

A CUT/ABC levará a Greve a toda a Região, independentemente de categorias.

num acordo: o Brasil vai parar!



Faltando duas semanas para a Greve Geral, o governo está tentando fazer uma manobra, que pode chegar a envolver a direção da CUT e impedir a Greve.

Acuada pela pressão do movimento de massas e pela iminência de uma nova derrota no Congresso, Figueiredo declarou-se a favor do diálogo e da revisão do decreto 2.045. Foi o que bastou para acender as esperanças de conciliação da oposição burguesa. No entanto, Figueiredo não se dispõe a ceder em nada, nem em relação a eleições diretas nem, muito menos, no arrocho dos salários (exigido pelo FMI). O "diálogo" é uma tática para ganhar tempo e unificar o PDS e mais alguns da "oposição" em torno de alguma outra fórmula igual ou pior.

No entanto, a direção da CUT não se pronunciou categoricamente sobre esses fatos. E há declarações desencontradas de dirigentes, dizendo que a Greve é contra o 2.045 e, portanto, se esse decreto for retirado, não vamos à ela. Na base, milhares de ativistas, organizados nos comandos de base e comandos regionais, se perguntaram: **sai ou não a Greve?**

A Greve é contra o arrocho salarial, tenha o apelido de 2.012, 2.024, 2.045 ou qualquer outro. A Greve é pelas resoluções votadas no CONCLAT, como eleições diretas e não-pagamento da dívida. Não há porque suspendê-la devido à retirada do 2.045 pelo governo.

Para piorar, alguns sindicatos que pertencem à CUT não estão fazendo nada pela Greve, sequer em suas categorias, talvez por temor de sofrer uma intervenção. O material de agitação existente é insuficiente e mal distribuído. Tudo isso só aumenta as dúvidas dos ativistas.

É preciso uma **definição imediata e categórica da direção da CUT pela manutenção da Greve**. É preciso **organizar concretamente a Greve**, preparando os grandes piquetes para as concentrações industriais e as atividades nas escolas e nos bairros de trabalhadores.

Mais uma vez, o ABC dá o exemplo a ser seguido em todas as assembleias: o CECLAT/ABC se pronunciou claramente pela manutenção da Greve e pelo programa do CONCLAT. **É hora de dizer em alto e bom som que recusamos esse "diálogo" de surdos, que a direção da CUT não deve ser envolvida nessa manobra, que a Greve Geral de 25 de outubro será mantida!**



No Sul, uma grande concentração para preparar a Greve

No Rio Grande do Sul, a Greve Geral terá uma grande mobilização preparatória, com a realização no dia 15 da Concentração chamada pela Central Estadual dos Trabalhadores (CET) para o Araújo Viana, em Porto Alegre. Essa mobilização assume uma importância maior após a manobra criminosa dos pelegos das Federações e dos stalinistas locais que, reeditando a nível regional seu divisionismo nacional, romperam com o CET no último dia 29, colocando-se decididamente contra a CUT e contra a preparação da Greve Geral. A CET, expressão da CUT no Estado, responde à divisão mobilizando para a Greve Geral, tendo a Concentração do dia 15 como seu principal ponto de apoio. Ações desse tipo não apenas infundem maior confiança à classe trabalhadora para parar no dia 25, como permite levar a preparação da Greve Geral às bases dos pelegos, que hoje mais do que nunca se colocam contra qualquer mobilização e decididamente ao lado do governo.

Canaveiros PE/RN

Os usineiros não aprenderam a lição

As recentes greves dos 300 mil canaveiros de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, conseguiram as maiores vitórias da categoria nos dois Estados, arrancando dos TRTs, respectivamente, reajustes de 100 e 110% do INPC. Entretanto, os patrões das usinas têm tradição de não respeitarem os acordos firmados nos dissídios. Tanto é assim que a maioria das reivindicações da greve de Pernambuco eram, na verdade, conquistas anteriores desrespeitadas pelos usineiros. E desta vez, o patronato reagiu mais rápido ainda à vitória dos canaveiros. Uma semana após o fim da greve de PE, os usineiros decidiram manter o reajuste de 80%, como determina o 2045. E no RN o sindicato patronal se posicionou da mesma forma. Diante desse endurecimento dos patrões não há alternativa senão deflagrar nova greve. Assim a FETAPE decidiu marcar nova paralisação para o dia 17.

Mas a revolta dos trabalhadores é tão grande que já no dia 10 entraram em greve

4 mil trabalhadores de 27 engenhos de São Lourenço da Mata. A experiência dos trabalhadores rurais deixa claro que essa luta, mais do que contra os patrões, é contra a política econômica de arrocho da ditadura, na qual os usineiros se apoiam. Por isso mesmo, se coloca a necessidade de encaminhar a poderosa mobilização dos canaveiros para a Greve Geral chamada pela CUT contra essa política. Só a Greve Geral terá força suficiente para barrar o conjunto dos decretos de fome da ditadura, como o 2045. E aqui reside o maior crime das direções da FETAG e da FETAPE, José Francisco e José Rodrigues, que tentam impedir que essa luta se some ao dia 25 e ao chamado da CUT. Por isso, a tarefa central dos membros da CUT na região é a de dirigir o máximo de seus esforços para intervir em apoio ativo à luta dos canaveiros, convocando e mobilizando para o dia 25, ligando poderosamente a greve da categoria que já se iniciou em São Lourenço da Mata e que será estadual a partir do dia 17 à Greve Geral.

Acampamento dos desempregados:

O patético desfecho

O acampamento dos desempregados chegou ao fim no dia 9, num ato público com 300 pessoas. E, de acordo com a coordenação do acampamento, este foi vitorioso. Acontece apenas que o balanço "vitorioso" da coordenação não se expressava no olhar e no ânimo dos acampados remanescentes. Afinal, até aquele momento, nenhum dos empregos prometidos haviam aparecido. Mas o fato é que, sem qualquer reivindicação atendida, o acampamento estava desgastado. Por que? Na verdade, a principal responsabilidade por esse quadro cabe à direção da Igreja, que desde o início buscou a conciliação com o governo. Os militantes da Igreja não deixaram que novos desempregados acampassem, impedindo a ampliação da mobilização. Também não buscaram o apoio dos trabalhadores empregados, combinando essa luta à preparação da Greve Geral, para impor a abertura de negociações em base a uma posição de força. Dessa forma mantiveram o movimento restrito, isolado, sufocando-o. Alguns companheiros desempregados de Santo Amaro, revoltados e desesperados, exigiam a manutenção do acampamento, inviável àquela altura, pois a luta já estava perdida. O resultado foi o deprimente desfecho, com a briga entre os companheiros de Santo Amaro e os militantes da Igreja. Desespero não é saída. Mas a revolta é justa.

Professores

Paulistas aprovam a Greve Geral

A Assembléia da APEOESP, ocorrida no dia 7, na véspera do Congresso Estadual da Educação, definiu os próximos passos do professorado paulista na luta pela complementação salarial de 34% e na preparação da luta por 156% para 84 (recomposição do salário de 81). Definiu-se para o dia 14 uma concentração da categoria em frente à Secretaria da Educação e outra no dia 17, junto com todo o funcionalismo, na Secretaria do Trabalho. Como prazo final para a resposta do governo às reivindicações, foi estabelecido o dia 30, quando os professores estarão reunidos no Congresso da APEOESP. A disposição para a greve é grande. Apesar de vermos como positivas essas resoluções, criticamos a diretoria da APEOESP por não havê-las colocado claramente no marco da preparação da Greve Geral. Aliás, o posicionamento da entidade sobre a Greve só foi votado no sábado pela manhã, já com a instalação do Congresso da Educação. A plenária com 2 mil pessoas vaiou e repudiou a intervenção contrária ao dia 25, feita por uma apoiadora da Tribuna, votando maciçamente pela Greve Geral.

Metalúrgicos RJ

Lançada a Chapa 2 contra o pelego, pela CUT.

Os metalúrgicos do Rio de Janeiro têm hoje uma alternativa de combate à direção traidora do arqui-pelego Osvaldo Pimentel e às correntes que o apoiam, como o jornal *Em Tempo*. No dia 6, num ato com 300 pessoas, foi lançada a Chapa 2 (Princípios e Luta), de oposição à atual diretoria, nas próximas eleições sindicais.

Foi um ato político marcado pelo apoio à CUT e à Greve Geral do dia 25. Falaram, dando o seu apoio à Chapa 2, três membros da CUT regional, os companheiros, Abdias, Isabel Pituluga, da Associação dos Profissionais de Ciências Sociais e Geraldo, do Sindicato dos Metroviários. Também entrevistaram Luis Carlos Prestes, Taiguara, João Lopes, sócio nº 1 do sindicato. Na presidência da chapa está o companheiro José Domingos Cardoso (Ferreirinha). Outro companheiro da Chapa 2, Leis Santiago, leu o programa, que se coloca no marco das bandeiras da CUT e da Greve Geral. Por isso nós, de Alicecer, damos à Chapa 2 o nosso integral apoio.

Argentina:

Contra os velhos políticos burgueses, uma alternativa revolucionária!

Bignone vai cair? Vai renunciar? As insistentes especulações sobre o possível afastamento do general-presidente mostram bem a profundidade da crise argentina: afinal, trata-se de saber se esse governo aguenta mais 15 dias! Os rumores começaram dia 4, com o país totalmente paralisado pela greve geral, e prosseguiram nos dias seguintes, marcados pela suspensão de todos os pagamentos ao exterior e de todas as operações em dólar, e pela expectativa quanto à aceitação, ou não, dos contratos de renegociação da dívida externa — que prevêem até a submissão às leis dos EUA e o possível confisco, pelos ianques, das ações das empresas estatais argentinas. No centro da crise está o vigoroso ascenso do movimento de massas e a questão crucial da dívida externa, o mecanismo pelo qual a riqueza da nação é drenada para os centros imperialistas.

Sob essa crise, as eleições argentinas são o que de mais incerto pode haver. Nos últimos dias tem crescido a candidatura Alfonsín (radical), o preferido do imperialismo que joga também com uma segunda carta: Luder (peronista). Este, para reagir ao crescimento do adversário iniciou uma verdadeira derrama de dólares (20 mil por dia!) para intensificar sua campanha pela TV. Esses srs., em briga pela presidência, têm na essência o mesmo plano para dirigir o país: manter o pagamento da dívida, manter o saque imperialista e a superexploração sobre os trabalhadores. Para o movimento de massas, a saída não está hoje e não estará nunca na eleição de um governo constitucional. Nos últimos números de Alicerce, falamos do Movimiento Al Socialismo - MAS, que se constrói hoje intervindo no processo eleitoral denunciando os partidos burgueses e levantando um programa concretamente anti-imperialista, socialista, internacionalista e revolucionário. Entretanto, a atuação do MAS vem sendo atacada por outros jornais da imprensa operária no Brasil, que se reivindicam socialistas revolucionários, com argumentos que variam da omissão à mentira. Vamos a eles:

“O Trabalho” apoiava Luder!

O jornal *O Trabalho* apoia na Argentina à corrente Intransigência Peronista, particularmente aos Montoneros alojados no seu interior. No seu número 210, os redatores desse jornal dizem que “no interior desse amplo movimento existem tendências que escapam ao controle do aparato do Partido Justicialista (Peronista), que iniciam um processo de desgarramento com o nacionalismo burguês e que não aceitam a concertação do aparato com a ditadura militar”. Pois *O Trabalho* mente deliberadamente aos seus leitores e, como todos os oportunistas, morrem pela boca. A decantada “independência” da Intransigência Peronista ao aparato do Justicialismo e a sua “determinação” em romper com a conciliação é tamanha que esses jovens intransigentes na luta contra a ditadura vão votar para a presidência no candidato oficial do Partido Justicialista: o direitista Dr. Ítalo Argentino Luder, responsável direto pelo início da escalada repressiva em 1975 quando substituiu Isabel de Perón na presidência “*O Trabalho*” não diz isso porque dizê-lo significaria colocar aos seus leitores que esse jornal apoia e participa de um partido burguês (pois, de fato, Intransigência faz parte desse partido), o peronismo, disposto a pagar a dívida externa (após “analisá-la”) e a continuar com a super exploração dos trabalhadores argentinos. O partido que, se vencer as eleições, pretende “normalizar” o país, contando com o apoio externo do imperialismo e interno dos dirigentes sindicais do peleguismo peronista. Para não dizer isso, o “*O Trabalho*” não diz outras

coisas. Nada fala, por exemplo, da dívida externa. Denuncia a ditadura moribunda, mas não denuncia os partidos burgueses que vão continuar sua tarefa. Pior encobre com belas frases de “esquerda” seu apoio a um partido burguês entreguista. É o que existe de mais repugnante entre as correntes que se reivindicam trotskistas.

“Causa Operária” não aprendeu: mentira tem pernas curtas

Diferente d’ *O Trabalho*, o jornal *Causa Operária* fala claro: defende o Partido Obrero (PO), como alternativa para a “*emancipação nacional sob a direção da classe operária*”.

É estranho que, com uma apresentação dessas, o PO tenha se posicionado, através de boletim público, contra a realização da greve geral do último dia 4/10, sob o argumento de que tinha sido convocada pelos burocratas sindicais! Como sempre o sectarismo leva ao oportunismo.

Por isso, nem só de sectarismo vive o PO; sua campanha tem sido marcada também pelo oportunismo. Os leitores de *Causa Operária* podem examinar atentamente o longo “*Dossiê Argentina*” publicado em seu nº 35. Saberão que o PO “*faz da questão nacional (emancipação do imperialismo) uma questão decisiva*”, mas não encontrarão uma palavra sobre o não pagamento da dívida externa. O PO tem essa reivindicação, que está no centro da real luta anti-imperialista das massas argentinas, como algo tão secundário que sequer merece menção na sua imprensa. Do mesmo modo, os leitores não encontrarão neste artigo, que coloca a oposição do FO diante das eleições, nenhuma referência às lutas que se travam no restante do Cone Sul, na América Central, no mundo todo.

Como se tanta incoerência não bastasse, *Causa Operária* recorre à mentira. Afirma que o MAS “*se apresenta publicamente (?) como uma variante da social democracia*”

e que seus “*documentos programáticos defendem a marcha para o socialismo através das instituições do Estado burguês*”. Trata-se de calúnia deslavada, de afirmações inventadas, que tanto o PO quanto Causa Operária jamais poderão provar, sobre a base de documentos escritos. Desafiamos Causa Operária a fazê-lo!

Por fim, Causa Operária mente ao dizer que o MAS se recusou a formar uma frente política com o PO, para impor seus próprios candidatos. Causa Operária não diz, que, ao contrário, o PO se recusou a integrar a frente socialista chamada pelo MAS, porque não aceitou que os candidatos fossem democraticamente escolhidos em eleições internas conjuntas das duas organizações. A necessidade destas eleições ficou clara depois do ato do PO que colocou 2.500 pessoas no Luna Park (o MAS colocou 15.000!), demonstrando que a relação de forças entre os dois partidos é completamente desigual só podendo ser resolvida pela democracia operária.

“Em Tempo” numa torre de marfim

Encerrado em esplêndido isolamento, o jornal *Em Tempo* apoia, na Argentina, um inexistente Partido dos Trabalhadores. Por enquanto, “os candidatos não se diferenciam por seu programa”, marcando uma “*eleição sem alternativa*”. Na verdade, só por total desconhecimento ou por mentira deliberada se pode dizer, como faz *Em Tempo*, que o programa e a prática política do MAS caracterizam “um partido do tipo do PSOE”. Mesmo que não concorde que o MAS é um partido socialista revolucionário uma coisa *Em Tempo* não pode escamotear: existe um partido operário participando do processo eleitoral com um programa anti-capitalista e anti-imperialista, enfrentando os partidos da burguesia. Esse partido é o MAS. Nas eleições *Em Tempo* apoia ou não esse partido? Só uma corrente despidamente oportunista pode optar nessas circunstâncias pelo apoio ao... que não existe!

Um Nobel da Paz para a conciliação

Em seu livro 1984, G. Orwell imaginou uma “*novilíngua*” em que o “*Ministério da Paz*” seria encarregado de fazer a guerra. É um exemplo de “*novilíngua*” que o Prêmio Nobel da Paz já tenha sido atribuído aos assassinos Kissinger e Beguin. Não é este o caso do agraciado de 1983, Lech Walesa — mas contrariando seu nome, esse prêmio serve ao imperialismo e à Igreja para desencadear uma nova campanha de propaganda contra os estados operários, como parte da escalada belicista de Reagan contra a União Soviética.

Walesa não ganhou o prêmio Nobel em 1980, quando simbolizava o formidável movimento do *Solidariedade* contra a opressão burocrática do stalinismo. Ganhou-o agora, depois de ter desestimulado por todos os meios a reorganização clandestina e a resistência por parte do *Solidariedade*, seguindo a política da Igreja de colaborar com a burocracia para conter a revolução polonesa. Sua relação de fidelidade com a Igreja é tão estreita que Walesa doou a quantia que recebeu pelo prêmio ao fundo de incentivo à agricultura privada, instituído pelo Vaticano e sacramentado na visita de João Paulo II a Jaruzelski.

A usurpação do poder pela burocracia, nos estados operários, é que permite esta nova campanha do imperialismo, que absolutamente não se incomoda com os privilégios dos burocratas; seus ataques são dirigidos à economia coletivizada e planificada dos estados operários, visando à restauração da propriedade privada. Por isso Walesa é apresentado como herói.

E para isso a campanha imperialista distorce o significado que tem, para os poloneses, a concessão desse prêmio. As massas polonesas festejam sim o prêmio Nobel dado a Walesa, porque defendem a luta do *Solidariedade*. A luta pela qual estão encarcerados e em greve de fome neste momento*, os dirigentes que não se dobraram à conciliação.

(* *Hoje estão em greve de fome há três semanas nos cárceres poloneses os companheiros Edmund Baluka (Szczecin), Władysław Frasyniuk (Wrocław), Piotr Bednarz (Wrocław), Andrzej Slowik (Lodz) e Zerk Kropiwnicki, lançando mão da única arma que lhes resta, enquanto presos políticos contra as piores condições carcerárias.*



6



O congresso da UPES foi um...

ROLO COMPRESSOR

pela CUT e pela greve geral.

O Congresso da União Paulista dos Estudantes Secundaristas foi uma grande vitória. Armou os estudantes com um programa combativo. Reafirmou a aliança operário-estudantil. Foi vitorioso também porque a democracia foi adotada como método pelo Congresso graças à atuação de Alicerce. Vitorioso porque os trabalhadores poderão contar efetivamente com os secundaristas na organização da Greve Geral de 25/10 e no apoio à CUT.

Henrique, presidente da UPES, toma a palavra: "Regime de votação, proposta um: eleições diretas para a diretoria da UPES, proposta dois: eleição em congresso".

No sábado, dia 8, após as delongas e o necessário, mas chato, credenciamento dos delegados, tem início o maior e o mais importante Congresso da UPES, com 662 delegados representando 232 escolas de 34 cidades. Além de 3 jornais da imprensa alternativa, 7 novas entidades secundaristas e a UBES, se pronunciaram saudando o Congresso. Estas entidades surgiram como produto de um programa político postado ao lado das lutas dos trabalhadores e pela disposição da luta séria e conseqüente da maioria da diretoria da UPES.

Quem for a favor da proposta um levante o crachá... Pode abaixar". Quem for a favor da dois levante o crachá... A mesa entende que a proposta vencedora foi a um."

Após a abertura foram formados oito grupos de discussão para debater os pontos que seriam aprovados no domingo pelo plenário. A divisão em grupos foi uma das formas propostas por Alicerce para que as discussões fossem as mais amplas e que permitissem a todos trocar opiniões e esclarecer dúvidas. Uma postura democrática que dificilmente é adotada, por exemplo, pelos simpatizantes de "Viração" e de "Voz da Unidade" quando dirigem um Congresso. A preocupação destes é manter seus delegados "amarrados" evitando que discuta com quem que seja.

Toninho de Viração reclama: "Queremos a contagem dos votos". Henrique: "Companheiros ficou evidente que a proposta um foi vencedora, mas para evitar polêmica refaçamos a votação."

No domingo o Congresso começou com duas horas de atraso. O cansaço e a preguiça de um dia quente foram mais fortes que a vontade de levantar. A conjuntura nacional foi o primeiro ponto a ser discutido. Para agilizar o Congresso, as palavras de ordem unânimes foram apresentadas e aprovadas por aclamação. As divergentes foram discutidas em separado. Com excelente organização por parte da mesa para por este esquema em funcionamento, este ponto de discussão correu de forma rápida e clara. Isto é impossível de se notar em um congresso ou assembleia dirigidas pelos burocratas e stalinistas. A confusão (feita de propósito) é freqüentemente a característica predominante destas correntes que vêm nas manobras a única forma de aprovar suas propostas.

A UPES aprovou a filiação à CUT, à Greve Geral dos secundaristas ao lado dos trabalhadores no dia 25/10, pela derrubada da ditadura, um claro programa político ao lado dos trabalhadores e não um confuso programa que esconderia a política de conciliação com a burguesia.

Após nova votação, Toninho reclama: "Queremos a contagem dos votos." Henrique: "O companheiro quer atrasar o término do Congresso para que os delegados

do interior se retirem sem saber como será a forma de eleição da nova diretoria." Novas pressões são feitas pela contagem.

Durante todo o Congresso houve ameaças de formação de claques. Só a intervenção firme da mesa impediu que elas se consolidassem, principalmente a dos simpatizantes do jornal "Voz da Unidade" que faziam dos bumbos e dos chocalhos a sua principal argumentação política. Esta prática só tem o objetivo de impedir as discussões políticas, obrigando a contínuas interrupções. Quem não quer que os argumentos sejam ouvidos é que os usa.

Foi no ponto de lutas aonde mais se demonstrou a diferença entre o método da diretoria da UPES e Alicerce e o dos stalinistas. Estes atacavam as propostas de Alicerce com frases onde desfilavam adjetivos e faltava política. "Utópicos", "demagógicos" foram os ataques feitos por Viração à Alicerce. A resposta foi política no sentido de esclarecer o plenário porque, por exemplo, não podemos participar do CEE (Conselho Estadual de Educação). Para os stalinistas é importante participar para ocuparmos espaço e colocarmos nossas lutas. Mas o que esconde esta proposta? Alicerce respondeu: o CEE é um órgão do governo, como é que vamos participar dele se lutamos contra esse mesmo governo? É assim que, na luta contra a ditadura e os patrões, Alicerce propôs (e foi aprovado) o congelamento das anuidades das escolas

pagas e a eleição direta para diretor da escola.

Quando chegou o ponto de balanço da entidade o sentimento aparelhista surgiu à flor da pele como uma espinha surge no rosto de um adolescente. Este sentimento tão característico de "Viração" e "Voz da Unidade" atingiu em cheio também os membros da "Oposição". Como a diretoria da UPES (UMES também é proporcional), ou seja, todas as correntes estão nela representadas, estas, ao apresentarem o seu balanço, considerando o negativo, não sabiam como fugir à responsabilidade que lhes cabia por fazerem parte desta mesma diretoria que acusavam! A saída era dizer que a entidade estava "aparelhada" (controlada, subordinada) por Alicerce. Isto significava dizer que as novas entidades que surgiram, as lutas travadas, a liberdade conquistada para entrar nas escolas, a realização do maior congresso feito pela UPES, surgiram por causa, ora vejam só, do "aparelhamento" de Alicerce! Para terminar com as contradições, Alicerce foi acusado de aparelhista quando propôs eleições diretas para a diretoria, legítimo anseio de todos os secundaristas que querem votar em sua direção.

Resultado da votação: 286 a favor da eleição direta, 188 para eleição em congresso. Henrique: "Continuemos os trabalhos."

Foi com esta política e com este método democrático e revolucionário que "Alicerce da Juventude Socialista" vem implantando no Movimento Secundarista, que se construiu esta grande vitória que foi o Congresso da UPES. Vitória porque os secundaristas constroem cada vez mais o seu sindicato, com posições revolucionárias



Fotos de Fernando Bassi



400 núcleos a serviço da Greve Geral!

"Te cuida, te cuida, te cuida João Batista, Porque está crescendo a Juventude Socialista".

Centenas de jovens gritavam este refrão com força e entusiasmo, durante o Congresso da UPES, fazendo com que ecoasse por todo o antigo galpão da Vera Cruz em São Bernardo. As bandeiras de Alicerce acompanhavam o coro das palavras de ordem, saudando um triunfo esmagador das posições socialistas e revolucionárias. Cena semelhante se viu na saída do Congresso da UEE que marcou uma vitória histórica contra o stalinismo no movimento universitário.

A juventude socialista está crescendo. Nossas posições ganham o respeito e a adesão dos lutadores mais combativos do movimento de massas. Queremos que nossa organização cresça cada vez mais porque construí-la é a única forma de combater

consequentemente a burguesia e todos os seus aliados, organizando politicamente a todos os que lutam por uma sociedade sem explorados nem exploradores, os que lutam pelo socialismo.

Nós saudamos todos os companheiros socialistas que estiveram conosco neste Congresso da UPES, os que derrotaram o stalinismo no Congresso da UEE-SP, os trabalhadores socialistas que defenderam a greve geral contra a política econômica e contra a ditadura no CECLAT-ABC. Centenas destes companheiros são participantes dos núcleos de leitores e vendedores do nosso jornal. Os núcleos que formamos nestes últimos meses são a melhor demonstração do crescimento da juventude socialista. E sua participação ativa nestes congressos

demonstrou que os núcleos não foram formados apenas para discutir mas também para agir como verdadeiros combatentes do movimento de massas.

Por isto, apesar desta ser a última semana da campanha, o papel dos núcleos não se encerra aqui. Ao contrário, neste período cada núcleo deve ser um verdadeiro Comando de Base da preparação da greve geral. Vamos formar em cada escola, em cada empresa, outros comandos que organizem a greve geral, discutindo, baseados nos artigos do nosso jornal, os preparativos para o dia 25, porque é necessário manter a greve geral mesmo que o decreto-lei 2.045 seja suspenso, etc.

As sedes de "Alicerce da Juventude Socialista" assim como todos os núcleos

devem se colocar a serviço da preparação da greve que deverá ser a maior ação unitária da classe trabalhadora contra este regime.



